O DIA I SEXTA-FEIRA, 2·7·2021

# Pesquisa reflete endividamento

Quase 70% das famílias no país têm dívidas e, em junho, também houve piora na inadimplência

do primeiro semestre com a maior proporção de famílias endividadas em mais de uma década, segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). A Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), iniciada em 2010, registrou que um recorde de 69,7% de brasileiros tinham dívidas em junho, uma alta de 1,7 ponto porcentual em relação a maio, quando essa proporção era de 68,0% Na comparação com junho de 2020, quando o total de endividados somava 67,1%, o avanço foi de 2,5 pontos.

A pesquisa da CNC considera como dívidas as contas em aberto no cheque pré-datado, cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, crédito consignado, empréstimo pessoal, prestação de carro e de casa.

Em junho, houve piora também na inadimplência, pelo segundo mês consecutivo. O porcentual de famílias com dívidas ou contas em atraso alcançou 25,1%, ante uma fatia de 24,3% em maio. No mês de junho de 2020, no entanto,

País chegou ao fim a inadimplência era maior, aldo primeiro semes-cancando 25.4% das famílias.

O total de famílias que declararam não ter condições de pagar as contas ou dívidas atrasadas e, portanto, permanecerão inadimplentes cresceu de 10,5% em maio para 10,8% em junho. O resultado ainda ficou 0,8 ponto porcentual abaixo dos 11,6% observados em junho de 2020.

Segundo a CNC, o orçamento das famílias tem sido comprometido por fatores como inflação mais elevada e a redução no pagamento do auxílio emergencial pelo governo.

## A pesquisa considera como dívidas contas em aberto no cartão de crédito, carnê de loja, entre outras

As famílias mais pobres estão mais endividadas e mais inadimplentes. Entre os que recebem até dez salários mínimos mensais, o porcentual de endividados saltou de 69% em maio para 70,7% em junho. Nas famílias com renda acima de

dez salários mínimos mensais, a proporção com dívidas cresceu de 64,2% para 65,5% no período.

Quanto à inadimplência, a proporção de famílias com contas ou dívidas em atraso na faixa de renda mais baixa aumentou de 27,1% em maio para 28,1% em junho, enquanto que no grupo de renda mais elevada manteve-se estável em 11,9%.

A proporção das famílias que se declararam muito endividadas variou de 14,6% em maio para 14,7% em junho, maior parcela desde julho do ano passado.

Com **Estadão Conteúdo** 



Segundo a CNC, o orçamento das famílias tem sido comprometido por fatores como inflação mais elevada

#### **MAIS LONGO**

## Aumenta o tempo médio de comprometimento do brasileiro com dívidas

■ O tempo médio de comprometimento do brasileiro com dívidas também tem aumentado, diante de fatores como juros ainda baixos, que possibilitam a renegociação de dívidas e estimulam as modalidades de financiamento, com prazos mais longos, justificou a economista Izis

Ferreira, responsável pela pesquisa da CNC.

"As dívidas das famílias têm se alongado no período acima de um ano. O crédito vem ajudando o brasileiro, atua na recomposição de renda, mas a cada mês nós tememos que o orçamento familiar atinja um patamar de dificuldade que

impeça ainda mais o consumo e dificulte a reorganização da economia", alertou Izis, em nota oficial, acrescentando que os programas sociais de governos têm ajudado a evitar um problema maior, principalmente na inadimplência.

O tempo médio de comprometimento com dívidas entre as famílias endividadas mostra tendência de aumento desde abril, passando de 7,0 meses em maio a 7,1 meses em junho. Do total de endividados, 22,4% possuem dívidas que vencem em até três meses, enquanto que 32,7% das famílias estão endividadas por mais de um ano.



Novo Bolsa: rumos definidos

# Bolsa Família: valor atrelado à taxação de dividendos

A definição do valor médio do novo Bolsa Família dependerá dos rumos da reforma do Imposto de Renda no Congresso Nacional. O governo adotou como estratégia usar o ganho de arrecadação de medidas como a tributação de lucros e dividendos para servir de fonte de financiamento permanente para a ampliação do programa social.

Uma eventual redução na alíquota proposta, de 20% para 15% como querem empresários e congressistas, poderia afetar o valor médio a ser pago aos beneficiários, segundo fontes do governo ouvidas. Vincular uma medida à outra foi uma "decisão de governo" diante da avaliação de que a reforma do IR precisa "ser impulsionada" para a aprovação.

O presidente Jair Bolsonaro chegou a anunciar que o novo Bolsa pagaria em média R\$ 300, acima dos R\$ 250 até então negociados dentro do governo. Depois, o senador Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ), filho do presidente, disse que o valor seria de R\$ 270 em média — numa declaração que buscava "corrigir rota", segundo fontes do governo.

O lançamento do novo Bolsa precisa ser feito este ano para não esbarrar na lei eleitoral, que proíbe esse tipo de medida em ano de eleições.



Com **Estadão Conteúdo**